RESUMO
Vivemos em uma sociedade letrada, onde o contato com os códigos da língua escrita é constante. Dessa forma, é imprescindível valorizar os saberes prévios que cada aluno traz consigo para a sala de aula. Os estudantes não são folhas em branco prontas para perceberem as primeiras impressões dos códigos escritos; pelo contrário, carregam uma rica bagagem de conhecimentos e experiências que deve ser reconhecida e utilizada no processo educativo. Com base nessa perspectiva, este estudo teve como objetivo analisar o processo de alfabetização na Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerando a perspectiva do letramento. Os principais referenciais teóricos foram Albuquerque, Morais e Ferreira (2013), Freire (1982/2006), Moll (2011), Schwartz (2012) e Soares (2004). Alfabetizar para a criticidade é essencial para a transformação social e a emancipação dos sujeitos. Portanto, é urgente avançar e consolidar práticas pedagógicas que integrem alfabetização e letramento, garantindo um ensino significativo e transformador, sem retrocessos.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Jovens.

ABSTRACT
We live in a literate society, where contact with the codes of written language is constant. Therefore, it is essential to value the prior knowledge that each student brings to the classroom. Students are not blank slates ready to perceive the first impressions of written codes; on the contrary, they carry a rich baggage of knowledge and experiences that must be recognized and used in the educational process. Based on this perspective, this study aimed to analyze the literacy process in Youth and Adult Education (EJA), considering the literacy perspective. The main theoretical references were Albuquerque, Morais and Ferreira (2013), Freire (1982/2006), Moll (2011), Schwartz (2012) and Soares (2004). Teaching literacy for critical thinking is essential for social transformation and the emancipation of individuals. Therefore, it is urgent to advance and consolidate pedagogical practices that integrate literacy and literacy, ensuring meaningful and transformative teaching, without setbacks.

Keywords: Literacy. Literacy. Young people.

INTRODUÇÃO

Os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), ao adentrarem o universo escolar em busca da alfabetização, geralmente possuem um objetivo específico que os impulsiona. Existe, por trás do aprendizado da leitura e da escrita, um propósito maior que permeia suas vidas: esses indivíduos estão constantemente em contato com códigos da língua escrita em seu cotidiano e buscam compreender e decifrar tais códigos. Suas motivações podem variar desde alcançar maior independência, desenvolver-se profissionalmente, melhorar sua convivência social ou mesmo superar a baixa autoestima gerada pela exclusão da sociedade letrada.

O processo de alfabetização desses jovens e adultos não deve ser dissociado das questões sociais que os envolvem. A escola se apresenta como um espaço crucial para desenvolver uma consciência crítica, que emerge tanto pela leitura do mundo quanto pela interpretação dos códigos escritos. Nessa perspectiva, é essencial atribuir um sentido social a esses códigos, de forma que se tornem úteis no dia a dia dos alunos. Assim, eles se empoderam e se tornam mais autônomos por meio do domínio da língua escrita. Conforme afirmam Morais e Brito (2010):

> A aquisição da leitura e da escrita implica, portanto, uma questão de cidadania, ao tempo que se revela como uma forma de inclusão social, ao possibilitar-nos a capacidade criadora e o posicionamento crítico do mundo no qual estamos inseridos. Desse modo, o domínio da língua oral e escrita amplia nossos horizontes, proporcionando-nos, sobretudo, o acesso à informação e à pro-

dução do conhecimento. (MORAIS e BRITO, 2010, p.1).

Nessa linha, o processo de alfabetização vai além da simples codificação e decodificação dos signos linguísticos. Ele deve visar o uso social desses conhecimentos, promovendo uma abordagem que insira os sujeitos no contexto do letramento. Assim, espera-se que eles concluam sua jornada escolar alfabetizados e críticos em relação à sociedade em que vivem, tornando-se cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

O interesse por estudar o processo de Alfabetização e Letramento na Educação de Jovens e Adultos surgiu, inicialmente, das reflexões e inquietações geradas durante as aulas do componente curricular "Educação de Jovens e Adultos", que proporcionaram um contato direto com os sujeitos da EJA. Além disso, os debates sobre letramento em outras disciplinas levantaram questionamentos acerca desse conceito e da sua aplicação em sala de aula. Muitas dessas discussões giraram em torno do desafio de como alfabetizar os alunos sob uma perspectiva de letramento.

Paralelamente às questões metodológicas, é igualmente relevante compreender o público-alvo da EJA. Esse público é composto, predominantemente, por pessoas em idades mais avançadas que, por diversas razões, não tiveram a oportunidade de se alfabetizar na infância ou adolescência. Retornam aos estudos mais tarde, geralmente no turno da noite, trazendo consigo uma vasta gama de experiências de vida. Portanto, torna-se essencial que o professor considere essa bagagem ao planejar o processo de alfabetização.

Diante desse contexto, surge o questionamento central: Como se dá o processo de alfabetização e letramento na Educação de Jovens e Adultos? Este trabalho tem como objetivo geral identificar como ocorre esse processo, sob a perspectiva do letramento, nas salas de aula da EJA. Os objetivos específicos incluem:

Examinar como os sujeitos da EJA são reconhecidos no processo de ensino e aprendizagem.

Analisar de que forma os conhecimentos prévios dos alunos são valorizados em sala de aula.

Refletir sobre a relevância do processo de alfabetização na perspectiva do letramento.

Para atender a esses objetivos, o estudo está estruturado da seguinte forma:

Alfabetização na Educação de Jovens e Adultos: Apresenta o conceito de alfabetização com base em Schwartz (2012) e traça um panorama histórico da alfabetização no Brasil. Dados da UNESCO, IBGE e Inaf são utilizados para ilustrar índices de alfabetismo e suas classificações. Além disso, à luz das ideias de Freire (1982/2006), é discutida a alfabetização sob uma perspectiva política. Por fim, os conceitos de alfabetização e letramento são explorados com base em Albuquerque, Morais, Ferreira (2013) e Moll (2011).

CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO

O conceito de alfabetização tem sofrido transformações significativas ao longo do tempo, ampliando seu significado e adaptando-se às necessidades e demandas sociais de cada época. A pesquisa proposta busca compreender como os profissionais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) entendem e aplicam esse conceito, e para isso é necessário analisar as diferentes abordagens apresentadas sobre a alfabetização ao longo dos anos.

Conforme observado por Schwartz (2012):

Até 1940, eram consideradas alfabetizadas as pessoas que declaravam saber ler e escrever e que assinavam seu nome para comprová-lo. A partir de 1950 e até o último censo, realizado no ano de 2000, os instrumentos de avaliação foram alterados e passaram a considerar alfabetizados os que se declaravam serem capazes de ler e escrever um texto simples. (SCHWARTZ, 2012, p.23).

Essa mudança no conceito de alfabetização reflete a evolução da sociedade e de suas expectativas. Para alguns, ser alfabetizado significa apenas ler um pequeno texto; para outros, é essencial estar inserido na cultura escrita e compreender os diversos usos que ela permite. Isso demonstra que a alfabetização não é um conceito fixo, mas algo que se ajusta às exigências de cada período histórico e contexto social.

Segundo Moreira (1993, apud SCHWARTZ, 2012):

O conceito de alfabetização se refere à habilidade de ler e escrever. Ler é ser capaz de se descentrar de suas ideias e pensamentos para acompanhar, compreender, analisar, julgar o pensamento do outro, buscar o significado por trás das palavras, ler também as entrelinhas.(MOREIRA, 1993 apud SCHWARTZ, 2012, p.24).

Por outro lado, é importante reconhecer que a habilidade de decodificar palavras escritas também se encaixa em um aspecto de alfabetização. Nesse sentido, buscando unificar conceitos e evitar exclusões, a Unesco introduziu o termo "alfabetismo funcional", definido como "a capacidade de utilizar a leitura e a escrita para fazer frente às demandas do contexto social, empregando essas habilidades para modificar qualitativamente a vida e para continuar aprendendo" (SCHWARTZ, 2012, p. 26).

Desde a década de 1990, seguindo recomendações da Unesco, o IBGE passou a divulgar índices de alfabetismo funcional no Brasil.

De acordo com o Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF), os níveis de alfabetismo no Brasil podem ser divididos em dois grupos: analfabetos funcionais e funcionalmente alfabetizados. Apesar de não haver um consenso sobre o conceito de alfabetização, a maioria das abordagens converge para a ideia de que "o sujeito competentemente alfabetizado está habilitado a produzir, ler e compreender diferentes tipos de textos" (SCHWARTZ, 2012, p. 27).

Quando se trata do contexto brasileiro, Schwartz (2012) aponta que cerca de 72% da população apresenta algum nível de analfabetismo funcional, uma estatística alarmante. Embora a escolaridade seja um fator crucial para determinar o nível de alfabetismo de um indivíduo, não é o único, pois pessoas com níveis semelhantes de educação formal podem apresentar habilidades distintas.

Dados do INAF (2018) destacam que:

Os Analfabetos Funcionais – equivalentes, em 2018, a cerca de 3 em cada 10 brasileiros – têm muita dificuldade para fazer uso da leitura e da escrita e das operações matemáticas em situações da vida cotidiana, como reconhecer informações em um cartaz ou folheto ou ainda fazer operações aritméticas simples com valores de grandezas superior às centenas. (INAF, 2018, p.8).

Além disso, os índices apresentados pelo IBGE (2018) revelam que o Brasil ainda conta com 11,5 milhões de analfabetos, representando 7,0% da população. Esse percentual aumenta significativamente na Região Nordeste, que apresenta a maior taxa de analfabetismo, atingindo 14,5% da população com 15 anos ou mais (IBGE – PNAD Contínua).

Esses dados refletem diretamente na qualidade de vida da população, já que o analfabetismo e/ou a exclusão da educação básica geram privações concretas e simbólicas, desde limitações no mercado de trabalho até barreiras nas práticas cotidianas (SCHWARTZ, 2012, p.31). Embora os debates teóricos e acadêmicos sobre alfabetização sejam ricos e necessários, eles não podem permanecer apenas no nível discursivo. Enquanto isso ocorre, o que se observa na prática são os elevados índices denão aprendizagem, especialmente na Educação de Jovens e Adultos. Isso recai frequentemente sobre os professores, que acabam reproduzindo práticas desatualizadas, sem considerar as mudanças que as novas demandas da linguagem escrita exigem.

Schwartz (2012) ressalta:

A responsabilidade pelos resultados recai, por isso, muitas vezes, sobre o professor que continua reproduzindo ações, concepções e atitudes, sem demonstrar compreensão das evidentes mudanças necessárias para a prática pedagógica que as novas e crescentes demandas da linguagem escrita requerem. (SCHWARTZ, 2012, p. 37).

A psicogênese da linguagem escrita também contribui para a discussão, desmistificando a ideia de que os sujeitos chegam à alfabetização sem qualquer conhecimento prévio.

Schwartz (2012) explica:

A psicogênese mostrou que não é o que acontece, porque todos os sujeitos que vivem na cultura escrita pensam e constroem hipóteses sobre ela. Outra ideia equivocada era apresentar letras e sílabas até formar as palavras. Seguir essa ordem era considerado partir do fácil para o difícil. (SCHWARTZ, 2012, p. 44)

Esses dados fornecidos pelo INAF (2018) oferecem um panorama detalhado e pre-

ocupante sobre o alfabetismo no Brasil. A divisão entre "Analfabetos Funcionais" e "Funcionalmente Alfabetizados" permite observar o alcance e as limitações das habilidades de leitura e compreensão da população brasileira.
Analfabeto: "Corresponde à condição dos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases." Representam 8% da população.
Rudimentar: "Corresponde à capacidade de localizar uma informação explícita em textos curtos e familiares." Representam 22% da população.
Elementar: "As pessoas classificadas neste nível podem ser consideradas funcionalmente alfabetizadas, pois já leem e compreendem textos de média extensão, localizam informações mesmo que seja necessário realizar pequenas inferências. Mostram, no entanto, limitações quando as operações requeridas envolvem maior número de elementos, etapas ou relações." Representam 34% da população.
Intermediário: "Localizam informações em diversos tipos de texto, resolvem problemas envolvendo porcentagem ou proporção ou que requerem critérios de seleção de informações, elaboração e controle de etapas sucessivas para sua solução. As pessoas classificadas neste nível interpretam e elaboram sínteses de textos diversos e reconhecem figuras de linguagem; no entanto, têm dificuldades para perceber e opinar sobre o posicionamento do autor de um texto." Representam 25% da população.
Proficientes: "Classificadas neste nível estão as pessoas cujas habilidades não mais impõem restrições para compreender e interpretar textos em situações usuais: leem textos de maior complexidade, analisando e relacionando suas partes, comparam e avaliam informações e distinguem fato de opinião." Representam apenas 12% da população.
Esses números destacam a importância de políticas públicas que melhorem o acesso e a qualidade da educação no Brasil, incentivando um progresso constante nos níveis de alfabetização. Com um foco maior na capacitação e no desenvolvimento de habilidades avançadas, mais pessoas poderão atingir o nível de "Proficientes".

ALFABETIZAÇÃO NUMA PERSPECTIVA POLÍTICA

A sala de aula é um espaço de encontro de diversas identidades, conhecimentos e práticas. As diferenças estão presentes em cada sujeito que a frequenta, e, nas salas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), essas diversidades são ainda mais acentuadas. O público atendido por essa modalidade de ensino reúne adolescentes, jovens, adultos e idosos, resultando em um encontro de saberes, culturas e pensamentos distintos. Por isso, alfabetizar não é uma prática neutra; a prática educativa como um todo carrega intencionalidades políticas.
Segundo Freire: “Do ponto de vista crítico, é tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político.” (FREIRE, 1982, p. 26).

A prática educativa, reconhecendo-se como prática política, se recusa a deixar-se aprisionar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes. Lidando com o processo de conhecer, a prática educativa é tão interessada em possibilitar o ensino de conteúdos às pessoas quanto em sua conscientização. (FREIRE, 2011, p. 22).
O papel do professor é fundamental na formação da sociedade. Ele pode ser uma ferramenta do sistema, perpetuando a cultura dominante e as desigualdades, ou optar por uma educação emancipatória e crítica, mostrando aos educandos que eles são protagonistas de suas histórias. Essa educação libertária utiliza as experiências dos alunos para promover uma mudança significativa. Nesse sentido, Macedo (2006) afirma:
“A alfabetização torna-se um construto significativo a ponto de ser encarada como um conjunto de práticas que atuam quer para empower, quer para dispensar as pessoas. No sentido mais amplo, a alfabetização é analisada conforme sirva ela para reproduzir as formações sociais existentes, ou como um conjunto de práticas culturais que promovam a mudança democrática e emancipadora. (MACEDO, 2006, p. 89).

Por outro lado, a alfabetização que se limita à codificação e decodificação é carregada de intencionalidade mecanicista. Essa abordagem bancária trata o analfabetismo como incapacidade ou pouca inteligência, perpetuando a alienação.
Giroux (2006) enfatiza:
“No interior desse discurso dominante, o analfabetismo não é meramente a incapacidade de ler e escrever; é também um indicador cultural para nomear formas de diferença dentro da lógica da teoria da privação cultural. ” (GIROUX, 2006, p. 3).
Freire critica essa visão ingênua do analfabetismo, mostrando que ela é, na verdade, astuta, pois serve aos interesses de quem perpetua a desigualdade. Ele defende uma alfabetização para a criticidade, conectada à realidade dos educandos, como explicitado em sua obra: “Limitada na compreensão do problema, cuja complexidade não capta ou esconde, suas respostas a ele são de caráter mecanicista. A alfabetização, assim, se reduz ao ato mecânico de ‘depositar’ palavras, sílabas e letras nos alfabetizandos. [...] Para a concepção crítica da alfabetização, não será a partir da mera repetição mecânica de pa-pe-pi-po-pu, la-le-li-lo-lu, que permitem formar pula, pelo, lá, li, pulo, lapa, lapela, pílula etc., que se desenvolverá nos alfabetizandos a consciência de seus direitos, como sua inserção crítica na realidade. ” (FREIRE, 2006, p. 15, 18,).
Embora Freire não utilize diretamente o termo letramento, ele aponta a necessidade de alfabetizar jovens e adultos partindo de suas realidades: “O aprendizado da leitura e da escrita não pode ser feito como algo paralelo ou quase paralelo à realidade concreta dos alfabetizandos. ” (FREIRE, 2006, p. 18).
Ao alfabetizar a partir da realidade dos educandos, o professor forma cidadãos críticos e politizados, que aprendem que podem e devem lutar por seus direitos, rejeitando o comodismo e utilizando o conhecimento adquirido para transformar suas vidas.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

A distinção entre alfabetização e letramento é essencial para a compreensão do ensino e aprendizagem, particularmente no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esses conceitos revelam que as práticas de leitura e escrita transcendem o domínio técnico do sistema alfabético, integrando usos sociais e culturais da linguagem escrita. Segundo Soares (2004):
Letramento é uma palavra e conceito recentes, introduzidos na linguagem da educação e das ciências linguísticas há pouco mais de duas décadas. Seu surgimento pode ser interpretado como decorrência da necessidade de configurar e nomear comportamentos e práticas sociais na área da leitura e da escrita que ultrapassem o domínio do sistema alfabético e ortográfico, nível de aprendizagem da língua escrita perseguido, tradicionalmente, pelo processo de alfabetização. (SOARES, 2004, p. 96).
Essa necessidade de nomear algo além da alfabetização não é exclusividade brasileira. Soares (2004) destaca que:
"[...] é em meados dos anos de 1980 que se dá, simultaneamente, a invenção do letramento no Brasil, do illettrisme, na França, da literacia, em Portugal, para nomear fenômenos distintos daquele denominada alfabetização, alphabétisation. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, embora a palavra literacy já estivesse dicionarizada desde o final do século XIX, foi também nos anos de 1980 que o fenômeno que ela nomeia, distinto daquele que em língua inglesa se conhece como reading instruction, beginning literacy tornou-se foco de atenção e de discussão nas áreas da educação e da linguagem [...]" (SOARES, 2004, p. 6).

Como enfatizado por Soares (2004), não se deve dissociar alfabetização e letramento, pois ambos estão entrelaçados no processo de aprendizado da escrita:
"Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização – e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento."

(SOARES, 2004, p. 14).

Essa integração é especialmente relevante ao considerar que vivemos em uma sociedade letrada. Moll (2011) contribui com uma perspectiva transformadora, ao afirmar que: "Vivendo numa sociedade letrada, sobretudo nos espaços urbanos, caracterizada por um denso universo escrito e por possibilidades e necessidades de leituras variadas, pode-se dizer que analfabetos, no sentido do efeito discursivo e da acepção estrita dessa concepção, não existem. O que encontramos são sujeitos mergulhados em variadas situações de letramento, que, via de regra, não possuem escolaridade, mas que estão iniciados em processo de alfabetização." (MOLL, 2011, p. 9).

Portanto, a alfabetização em uma perspectiva de letramento deve valorizar os conhecimentos prévios dos alunos, reconhecendo-os como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Essa abordagem permite evitar a infantilização do ensino, criando um ambiente mais inclusivo e efetivo.

OS JOVENS E ADULTOS ANTES DA ESCOLARIZAÇÃO

Emília Ferreiro, pesquisadora argentina radicada no México, destacouse em toda a América Latina por suas investigações pioneiras sobre o processo de aquisição da escrita. Inspirada pela teoria psicogenética de Jean Piaget, sua abordagem abriu caminho para o que, no Brasil, ficou conhecido como construtivismo ou socioconstrutivismo, revolucionando a forma de pensar a alfabetização. Na década de 1980, Ferreiro ampliou seu campo de pesquisa para incluir a alfabetização de adultos. Seu objetivo era investigar os processos cognitivos envolvidos na aquisição da escrita, compreender as hipóteses formuladas pelos adultos sobre a escrita e identificar os conhecimentos prévios que eles possuíam antes de iniciar a alfabetização formal. Essas descobertas influenciaram profundamente a elaboração de currículos, a formação de educadores e o desenvolvimento de materiais didáticos voltados tanto para estudantes quanto para professores.

Um dos maiores legados de Ferreiro foi a identificação de etapas progressivas no processo de aprendizagem da escrita, pelas quais tanto crianças quanto adultos passam. Essas etapas guardam semelhanças com a evolução histórica da escrita alfabética pela humanidade. Em sua visão, os sujeitos constroem gradativamente o sistema de escrita ao interagir com materiais concretos, deslocando o foco de estímulos externos e métodos tradicionais de ensino para uma abordagem mais significativa e contextualizada. Ferreiro enfatizou que é por meio de situações reais de comunicação e materiais de leitura autênticos que se aprende a ler e escrever, desafiando antigas noções de "prontidão" para alfabetização.

Outra contribuição marcante foi sua constatação de que, mesmo em sociedades modernas, pessoas que não sabem ler ou escrever mantêm contato intenso com a cultura escrita. Essa interação, somada à convivência com indivíduos alfabetizados, permite-lhes formar noções sobre o funcionamento e os usos da escrita. Muito antes de frequentar a escola, essas pessoas observam padrões, reconhecem princípios organizadores e identificam usos comuns da escrita em suas interações cotidianas.

Ferreiro também apontou que muitos jovens e adultos, mesmo sem escolarização formal, conseguem distinguir letras de números, nomear algumas letras, escrever seus próprios nomes e identificar palavras familiares. Além disso, eles têm noções sobre práticas sociais de leitura e escrita e entendem em que situações a escrita é empregada. Esses conhecimentos prévios constituem uma base essencial para as aprendizagens futuras e devem ser considerados pelos educadores, que devem respeitar e integrar essas experiências no processo de alfabetização.

Durante boa parte do século XX, considerava-se alfabetizada a pessoa capaz de escrever seu próprio nome e ler algumas palavras ou frases simples. Acreditava-se que, em poucos meses, ao aprender letras, sílabas e palavras, os indivíduos seriam capazes de usar a escrita no dia a dia e prosseguir com seus estudos. Entretanto, a escrita está profundamente presente em praticamente todas as situações de convivência e interação social.

Vivemos imersos em uma cultura letrada,

na qual somos constantemente solicitados a nos apoiar em textos escritos: comentá-los, ouvilos, ler e escrever em diversos contextos. Esse uso ocorre em suportes tradicionais, como papel, cadernos, livros, jornais e revistas, e também em meios contemporâneos, como televisão, cinema, computadores, celulares e até caixas eletrônicos. Mais do que isso, a escrita é um instrumento cultural poderoso, capaz de regular a vida em sociedade, estabelecer relações sociais, registrar e disseminar informações, possibilitar o acesso ao conhecimento e promover interação entre os indivíduos.

No caso da alfabetização de jovens e adultos, seu processo vai muito além de simplesmente juntar letras e formar palavras. Alfabetizar, de fato, significa introduzi-los no universo da escrita, apresentando os diversos tipos de textos que circulam na sociedade e mostram sua funcionalidade. Em salas de aula de Educação de Jovens e Adultos (EJA), práticas como identificar o nome dos colegas, criar lista de palavras significativas, usar calendários e explorar jogos são ferramentas úteis que ajudam os alunos a compreender como a escrita opera. Palavras com significados relevantes, quando estudadas e analisadas, podem se tornar referências para outras. Por exemplo, o nome "Pedro" pode ajudar um aluno a escrever a palavra "pedreiro", sua profissão, ou "Petrolina", sua cidade natal.

Outra estratégia eficaz nessa etapa inicial é o uso de letras maiúsculas, por serem mais fáceis de memorizar e distinguir. A introdução das letras cursivas deve ser feita apenas após os alunos dominarem os princípios fundamentais da escrita. Além disso, aprender a ler e escrever números, realizar cálculos e interpretar plantas ou gráficos são atividades altamente motivadoras para os estudantes da EJA. A matemática, integrada ao processo de alfabetização de jovens e adultos, apresenta características distintas do ensino infantil. Muitos jovens e adultos já possuem habilidades práticas relacionadas à quantificação, contagem e medição. Inclusive, muitos realizam cálculos complexos sem saber representá-los graficamente.

Com o apoio dos educadores, esses alunos podem aprender a registrar números e cálculos de maneira formal, ampliando as possibilidades de aplicação e generalização do conhecimento matemático. Esse avanço potencializa não apenas a compreensão acadêmica, mas também a autonomia e integração dos jovens e adultos à cultura letrada.

FORMAÇÃO DE ALFABETIZADORES DA EJA

Os profissionais que atuam na alfabetização de jovens e adultos são designados de diversas maneiras: educadores populares, monitores, instrutores, facilitadores, capacitadores, alfabetizadores, professores, formadores de adultos, agentes sociais, entre outras denominações. Dentre esses, o título de professor é reservado àqueles que possuem habilitação específica para a docência e que atuam em sistemas públicos ou privados de educação escolar.

Entretanto, uma das principais dificuldades dessa área reside na carência de formação específica para a docência. Essa lacuna, apontada por especialistas, é um dos fatores que comprometem a qualidade e os resultados dos programas de alfabetização e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Mesmo entre os profissionais habilitados ao magistério, grande parte não recebeu, durante sua formação inicial, disciplinas ou cursos voltados especificamente à alfabetização de adultos. Segundo dados do IBGE, entre os 1.698 cursos de Pedagogia oferecidos por 612 instituições de ensino superior no Brasil, apenas 15 oferecem 27 cursos com habilitação específica para a EJA.

Outro desafio significativo é a atuação de educadores sem qualificação formal, um problema comum, especialmente nas redes públicas de ensino, nas escolas do campo e em programas organizados por movimentos sociais, organizações não governamentais e igrejas que atuam na alfabetização de jovens e adultos. Nesses cenários, é frequente encontrar educadores de diferentes níveis de escolaridade que não possuem habilitação formal para o exercício da docência.

Essa habilitação, além de ser um fator determinante para a qualidade do ensino, é uma exigência legal prevista na Lei nº 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A ausência de formação adequada enfatiza a necessidade de investimentos na

qualificação docente, com foco específico na alfabetização de jovens e adultos. É fundamental que políticas públicas, instituições de ensino superior e outros atores educacionais unam esforços para oferecer formação que contemple as especificidades desse público.

A valorização dos alfabetizadores e a ampliação de sua formação técnica e pedagógica são passos indispensáveis para assegurar uma educação inclusiva e transformadora, capaz de responder às necessidades e desafios da realidade educacional brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de alfabetização de jovens e adultos é um pilar fundamental na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. No entanto, é essencial que essa educação vá além do simples ensino da leitura e escrita. É necessário promover uma formação que conecte o aprendizado à vivência, à realidade social e ao contexto cultural do educando, garantindo que ele não apenas desenvolva habilidades técnicas, mas também adquira ferramentas para exercer sua cidadania plena e transformar sua vida.

A alfabetização não pode se restringir a reduzir índices de analfabetismo. Deve ser encarada como um ato político e cultural, que reconheça as singularidades de cada indivíduo e valorize a sua história. Ao integrar temas do cotidiano, do meio social e das dinâmicas comunitárias, a educação ganha sentido e relevância, tornando-se um agente de empoderamento e inclusão social. É por meio dessa abordagem que os educandos podem enxergar o conhecimento como uma possibilidade de ampliar horizontes, ingressar no mercado de trabalho de forma digna e participar ativamente da vida em sociedade.

Entretanto, o desafio de eliminar o analfabetismo persiste e não será superado sem a mobilização de esforços conjuntos. A construção de um futuro em que todos tenham acesso à educação de qualidade depende de políticas públicas consistentes, do comprometimento das instituições de ensino e da sociedade como um todo. É necessário fomentar a formação específica de alfabetizadores, garantindo-lhes suporte pedagógico e condições adequadas para atuar com eficiência e sensibilidade.

Essa luta exige a união de todos os setores da sociedade. Devemos promover a igualdade de oportunidades, combater preconceitos e assegurar que a educação atinja todas as regiões do país, independentemente de crenças, etnias ou condições socioeconômicas. A alfabetização de jovens e adultos é mais do que um direito; é um instrumento de transformação social capaz de abrir portas, reduzir desigualdades e fortalecer a democracia.

Por fim, investir na educação de jovens e adultos é investir no futuro. É acreditar no poder da educação para romper ciclos de exclusão e oferecer a cada cidadão a chance de se desenvolver plenamente. Esse compromisso não é apenas um dever ético, mas também uma esperança concreta de construir um país mais inclusivo, solidário e humano. A alfabetização, quando realizada com qualidade e respeito às singularidades dos educandos, deixa de ser apenas uma prática pedagógica e se torna uma verdadeira celebração da vida, da autonomia e da dignidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de.; MORAIS, Artur Gomes de.; FERREIRA, Andréa Tereza Brito. A relação entre alfabetização e letramento na Educação de Jovens e Adultos: questões conceituais e seus reflexos nas práticas de ensino e nos livros didáticos. In: LEAL, Telma Ferraz; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; MORAIS, Artur Gomes de (Org.). Alfabetizar letrando na EJA: fundamentos teóricos e propostas didáticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

ALMEIDA, Adriana de; CORSO, Angela Maria trata dos aspectos históricos e sociais da Educação de Jovens e Adultos no artigo "A Educação de Jovens e Adultos: aspectos históricos e sociais", publicado nos anais do XII EDUCERE, em 2015.

AMORIM, Antonio; DUQUES, Maria Luiza Ferreira abordam a prática docente na EJA com foco em caminhos inovadores para a formação de educadores. O artigo "Formação de educadores de EJA: caminhos inovadores

da prática docente" foi publicado na revista Educação, pela EDIPUCRS.2017.
BRASIL estabelece as diretrizes legais da educação por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): Lei nº 9.394/96, uma referência essencial para entender o sistema educacional brasileiro.
FERREIRO Emília. Reflexões sobre alfabetização. Tradução Horácio
Gonzáles et al., 24. Ed. Atualizada. São Paulo: Cortez, 2001.
FREIRE, Paulo, com obras que marcaram a pedagogia crítica, explora a leitura e a alfabetização em "A importância do ato de ler: em três artigos que se completam" . São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. Alfabetização: Leitura do mundo, leitura da palavra. Tradução de: OLIVEIRA, Lólio Lourenço de. 6. ed. Rio de Janeiro:
Paz e Terra, 2013.
LEAL, Telma Ferraz, em conjunto com outros autores, apresenta discussões práticas sobre planejamento no cotidiano docente no capítulo "Estabelecendo metas e organizando o trabalho: o planejamento no cotidiano docente", da obra "Alfabetizar letrando na EJA: fundamentos teóricos e propostas didáticas".Ponta Grossa - PR:Atena, 2023.
MACEDO, Donaldo, parceiro de Paulo Freire, aborda questões de alfabetização e pedagogia crítica no capítulo "Alfabetização e pedagogia crítica", publicado na obra "Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra".– Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2011.
MOLL, Jaqueline. Alfabetização de adultos: desafios à razão e ao encantamento. In: MOLL, Jaqueline (org.). Educação de jovens e adultos. Porto Alegre: Mediação, p. 9-18, 2004.
SOARES, Magda é uma referência na discussão entre alfabetização e letramento, com artigos como "Letramento e alfabetização: as muitas facetas" e "Alfabetização e letramento: Caminhos e Descaminhos", que trazem reflexões profundas sobre essas temáticas. 2004.